

JUSTIFICATIVA
PL 0090/2012

A educação de modo geral, inclusive a que trata de matéria financeira, mostra-se mais eficiente quando o cidadão é preparado desde a juventude para assumir esse encargo.

A falta de conhecimento mínimo daquelas pessoas em finanças pessoais, que lhes permitisse perceber as vantagens e desvantagens dos instrumentos financeiros a que passaram a ter acesso, levou-se a elevado endividamento e a posterior inadimplemento. Assim, a juventude que irá se de parar com as praticas das instituições financeiras e com instrumentos de credito que serão oferecidos entrará preparada para tomar decisões racionais e para avaliar a convivência entre poupar e antecipar consume, sendo um dos pilares para o desenvolvimento duradouro.

Podemos citar como referência sobre este assunto, o Professor Reinaldo Domingos, educador e terapeuta financeiro, no qual publicou diversos livros didáticos como: O Menino do Dinheiro - Sonhos de Família; O Menino do Dinheiro - Vai à Escola; O Menino; o Dinheiro e os Três Cofrinhos e o Menino; o Dinheiro e a Formigarra. Em 2009, ainda idealizou a primeira coleção didática de Educação Financeira para o Ensino Básico do país.

Com isso, cabe ao professor, dado à sua proximidade com crianças e adolescentes, o papel de não apenas ensinar e informar, mas também, o de formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades sociais.

Neste ínterim, o presente projeto objetiva incluir o tópico de estudo e discussão sobre educação financeira em matéria da grade curricular na rede municipal de ensino. Como consequência, o projeto visa ainda combater o ciclo de pessoas e famílias endividadas e inadimplentes financeiramente para criar e desenvolver uma nova geração sustentável financeiramente.

Tendo em vista que o Governo Federal, com a criação da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), no final de dezembro de 2010, veio confirmar a necessidade da inserção imediata desta temática nas grades curriculares no país, combatendo um grande mal que prejudica a vida das pessoas, que é o analfabetismo financeiro.

Em 2010, 410 escolas públicas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Distrito Federal iniciaram aulas de um projeto piloto de educação financeira, que deverá chegar a mais de 200 mil instituições de ensino oficial. Os educadores desenvolveram conteúdos adaptados de educação financeira para todas as nove séries do ensino fundamental e as três de ensino médio. O conteúdo de educação financeira será distribuído nas aulas de matemática, história, ciências sociais e até português. A educação financeira nas escolas é incentivada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e faz parte do currículo escolar de mais 60 países.

Além da educação formal nas escolas, também estão previstas a modulação de cursos à distância e iniciativas de treinamento em finanças pessoais voltadas para jovens e adultos. Um pesquisa nacional realizada em 2008 com o apoio da BM&FBovespa mostrou que é muito baixo o grau de educação financeira da população brasileira. Na pesquisa, três em cada dez entrevistados declararam pagar apenas o valor mínimo da fatura do cartão de credito quando a situação aperta. Já algum tipo de restrição cadastral por falta de pagamento na praça foi a situação observada em 25% dos entrevistados.

É importante ressaltar ainda que ao se ensinar aos jovens o controle de suas finanças, conseqüentemente, acaba-se por envolver toda a família, já que o conhecimento é transmitido pelas pessoas, gerando um verdadeiro "ciclo virtuoso" do conhecimento.

Veja que a proposta ora apresentada não institui nova disciplina na grade curricular do sistema de ensino, mas apenas cria mais um tópico de discussão dentro de disciplina já existente na grade curricular, a ser fixada pelo Poder Público Municipal, conforme lhe aprouver.

Daí a relevância e importância do presente projeto, o qual, pela intenção que encerra, o faz merecedor da atenção de todos e da aprovação pelos meus Nobres Pares.